

## Os homens ricos das Minas nas malhas do Império Português

Carla Maria Carvalho de Almeida<sup>1</sup>, Ana Paula dos Santos Rangel<sup>2</sup>, Juliano Custódio Sobrinho<sup>3</sup>, Livia Nascimento Monteiro<sup>4</sup>

*1 Professora adjunta do Departamento de História da Universidade Federal de Juiz de Fora – MG – Brasil.*

*2 Mestranda em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – RJ – Brasil.*

*3 Mestrando em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora – MG – Brasil.*

*4 Bolsista de Iniciação Científica, graduanda em História na Universidade Federal de Juiz de Fora – MG – Brasil.*

**Abstract:** The rich men of Minas Gerais in the Portuguese Empire. In this article we will try to show that the acquisition of military patents and sesmarias could be strategies of maintenance and consolidation of status used by the colonial elite of Minas Gerais.

**Key words:** Portuguese Empire, Colonial Minas, Rich men.

**Resumo:** Este artigo analisa como a aquisição de títulos militares e de sesmarias constitui estratégias de manutenção e consolidação do *status* por parte dos homens ricos de Minas Gerais no contexto de Antigo Regime do Império Português.

**Palavras-chaves:** 1. Império Português; 2. Minas Colonial; 3. Homens Ricos

### INTRODUÇÃO

No ano de 1755 a cidade de Lisboa foi devastada por um forte terremoto. A fim de verificar quem poderia enviar recursos para a reconstrução da capital do Império Português, o Conselho Ultramarino mandou que se elaborasse uma lista com o nome dos mais abastados homens da Capitania de Minas. Tal lista foi produzida em 1756 pelo então governador das Minas Domingos Pinheiro. Ela é o ponto de partida da pesquisa desenvolvida pela prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Carla Maria Carvalho de Almeida. A partir dos 1061 nomes registrados é possível delinear quem eram os homens que constituíam a elite econômica nas Minas Colonial. A análise está centrada, porém, nos homens ricos das Comarcas de Vila Rica e do Rio

das Mortes – são 443 nomes. O período abordado é o que vai de 1750 a 1822.

### METODOLOGIA

A base teórico-metodológica deste estudo provém de uma nova abordagem acerca da sociedade portuguesa do Antigo Regime e da inserção da colônia brasileira na lógica desta. Lançando-se mão de conceitos como o de *economia do dom* e *economia política de privilégios*, os historiadores do período, têm constatado o caráter corporativo e hierarquizado das sociedades de Antigo Regime. No caso português, o que se verifica é a importância da *economia da mercê*, conforme indicado por Fernanda Olival (2001, p.18). A autora aponta para a lógica presente na sociedade portuguesa que ressaltava a necessidade de

liberalidade da parte da figura do rei, a fim de que este tivesse a fidelidade de seus súditos. Olival dá destaque ao mecanismo das mercês remuneratórias, que apontam para a obrigação do rei de remunerar os serviços prestados pelos seus vassallos. Neste sentido, o que se observa é a formação de redes de reciprocidade ou redes clientelares (HESPANHA, 1998, p. 340-341), que tinham como pólo superior o soberano. Este, por sua vez, poderia estender sua rede de fidelidades, garantindo o domínio sobre os súditos, embora tivesse seu poder limitado pela necessidade de retribuir os serviços destes.

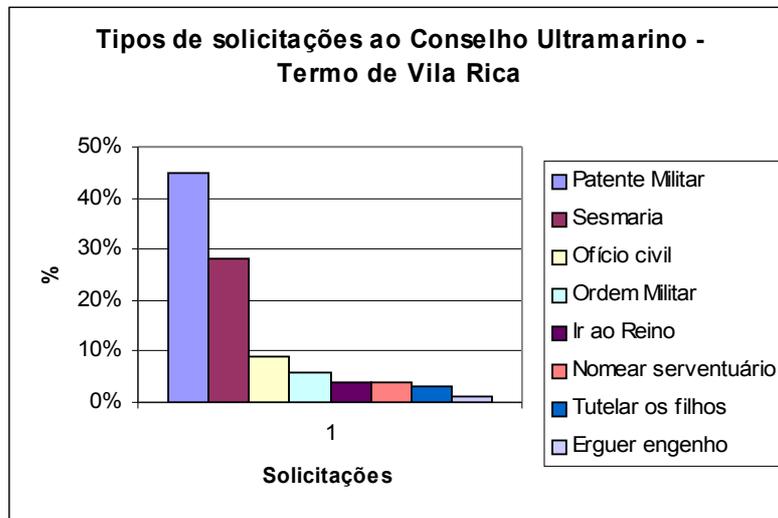
Um dos corpos documentais analisados são os manuscritos avulsos referentes à capitania de Minas Gerais do Arquivo Histórico Ultramarino (AHU/MG) microfilmados e digitalizados. Através desta documentação é possível perceber quais as possibilidades de acesso às mercês reais por parte da elite local mineira – são consultados cartas, certidões, requerimentos, entre outros. Temos trabalhado mais intensivamente com os documentos relativos aos 332 homens ricos da Comarca de Vila Rica. Dentre estes 184 são encontrados recorrendo pelo menos uma vez ao Conselho Ultramarino – 100 do Termo de Mariana e 84 do de Vila Rica. Realizamos a quantificação dos tipos de mercês mais solicitadas pelos homens ricos deste último termo. Verificamos que há uma recorrência significativa dos pedidos relacionados a sesmarias e a patentes militares.

Os métodos mais tradicionais da história econômica e social, como a

utilização de fontes com tratamento serial, foram conjugados com o tratamento mais qualitativo das fontes, típicos da prosopografia e da micro-história. Entendemos que o método prosopográfico, referente a biografias coletivas, é aplicável à pesquisa pelo objeto ser um grupo definido - os homens ricos de Minas colonial. Lawrence Stone afirma que a prosopografia incide sobre a investigação de características comuns de um conjunto de atores históricos, realizado por meio de um estudo coletivo de suas vidas (1971, p. 57). Ao mesmo tempo em que compreendemos que a diminuição da escala direciona o olhar do pesquisador para as relações interindividuais – é a metodologia micro-analítica (REVEL, 1998. LEVI, 2000. GINZBURG, 1989. FRAGOSO, 2006).

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram contabilizados 100 requerimentos que podem ser classificados como solicitações de mercês. Os pedidos vão de confirmações de sesmarias a requerimentos de licença para ir ao Reino. Conforme o gráfico abaixo quase metade dos requerimentos (45%) diz respeito a patentes militares, os casos envolvem pedido de provisão, de confirmação (a grande maioria) e de prorrogação em postos militares. Os pedidos relativos a sesmarias – solicitações e confirmações – representam 28% do total. De modo que, juntos, os requerimentos relativos a postos militares de sesmarias perfazem o total de 73% do conjunto.



*Fonte:* Manuscritos Avulsos do Arquivo Histórico Ultramarino relativos a Minas Gerais.

A partir dos resultados quantitativos e de alguns exemplos retirados da documentação, procuraremos analisar como a aquisição de títulos militares e de sesmarias poderiam se constituir em estratégias de manutenção e consolidação do *status* por parte dos homens ricos.

A sociedade colonial possuía um alto grau de militarização. Desde o início da instalação da máquina do Estado Português na América, a Coroa procurou delegar os deveres de defesa do território colonial. Desta forma, cada colono era um homem de guerra em potencial (SILVA, 2001, p 70-71). Há que se ressaltar que o próprio Estado Português se constituiu com um caráter militar, o que foi transmitido para a Colônia Americana.

Um dos principais componentes do aparato militar constituído na América Portuguesa foram as Companhias de Ordenança. Elas se tornaram uma força militar regulamentada em território colonial em 1570, através do Regimento das Ordenanças, sendo introduzidas na Capitania das Minas em 1709, por meio de carta régia. Segundo Ana Paula Pereira Costa (2006, p. 40-42) o caráter nivelador

das Ordenanças gerava grandes expectativas nos colonos do Brasil.

Os homens ricos das Minas procuraram tal tipo de inserção militar. Dois deles, Antônio Ramos dos Reis e José Álvares Maciel, ocuparam um dos postos mais altos na hierarquia da Companhia de Ordenança de Ouro Preto, a saber, o de capitão-mor. Tal patente conferia ao seu possuidor “nobreza vitalícia”, podendo ser ocupada apenas pelas *pessoas principais* de cada localidade, sendo assim, atestava o prestígio daquele que a alcançasse.

José Álvares Maciel, que substituiu Antônio Ramos dos Reis no posto de capitão-mor desde a morte deste até finais do século XVIII, não se limitou a cargos militares. Foi ainda Escrivão das Execuções de Vila Rica e Escrivão dos Órfãos de São João Del Rei (AHU/MG/Cx: 57, Doc: 7; Cx: 71, Doc: 20; Cx: 75, Doc: 18). É possível que a trajetória bem sucedida de José Álvares Maciel em direção à obtenção do título de Sargento Mor das Ordenanças, tenha relação com a sua união com uma jovem de uma das principais famílias da região o que reforçaria uma inserção ainda mais destacada na sociedade local.

Não eram apenas os postos nas Companhias de Ordenança, porém, que estavam no horizonte dos indivíduos da elite mineira. Havia, organizados na Colônia, ainda os corpos militares Regulares e Auxiliares, designados como infantaria ou cavalaria. Na América Portuguesa, possuir um título militar era um meio de aquisição de *status*.

O caso de Simão da Rocha Pereira, homem rico da comarca de Vila Rica, é digno de nota neste sentido, principalmente em vista de sua ascensão dentro do regimento militar do qual fez parte – a Companhia da Cavalaria Auxiliar de Ligeiros do distrito do Ouro Preto. No ano de 1736, Simão da Rocha Pereira começou a servir na praça de soldado na dita Companhia, posto que ocupou por mais de dez anos. Em seguida passou ao posto de alferes, no qual permaneceu por mais de doze anos, sendo, após, provido na praça de tenente. Anos depois Simão da Rocha Pereira passou ao posto de Capitão por carta patente do Governador da Capitania Gomes Freire de Andrada, datada de 10 de outubro de 1761. Embora, já estivesse no exercício do cargo Simão da Rocha Pereira precisava ainda da confirmação, pelo rei, de sua carta patente. Em 1765, o Governador das Minas, Luiz Diogo Lobo da Silva, enviou a proposta para a confirmação do dito homem no posto de Capitão ao rei D. José I. Para o envio desta Simão teve que providenciar uma série de certidões que comprovassem sua competência (AHU/MG/Cx: 86, Doc: 10). A argumentação nelas utilizada é extremamente interessante, pois ajuda a esclarecer aspectos característicos da sociedade mineira colonial.

É importante ressaltar, também, que Simão da Rocha Pereira não se restringiu a cargos militares, assim como os dois homens ricos mencionados acima.

Conforme se observa no gráfico, 9% dos requerimentos dos homens ricos do Termo de Vila Rica versavam sobre ofícios não militares, a saber, os de tabelião, escrivão, juiz etc. Simão da Rocha Pereira soube aproveitar-se muito bem da lógica da sociedade na qual estava inserido. Acumulou serviços que podiam a qualquer momento ser convertidos em mercês reais. Sua ascensão militar andou de mãos dadas com a aquisição de cargos políticos. Simão certamente gozava de significativo prestígio social e pôde estabelecer relações extremamente favoráveis. Contou com a boa referência do Ouvidor Geral da Comarca de Vila Rica, do Capitão-mor de Vila Rica – o também homem rico José Álvares Maciel –, do Coronel da Cavalaria, bem como dos vereadores e do Procurador da Câmara. Este membro da elite colonial mineira tirou vantagens dos mecanismos da *economia política de privilégios*.

Em 1766, o Capitão Simão da Rocha Pereira buscou adquirir mais um importante símbolo de prestígio – o Hábito da Ordem de Cristo. Para tanto, apelou para o caráter remuneratório das mercês concedidas pelo soberano português. Entre os anos de 1756 e 1757, o capitão fizera entrar mais de doze arrobas de ouro na Real Casa de Fundição de Vila Rica. *E como V. Mage. por sua Real Grandeza foi servido esperar de mercês remunerativas a quem bem cumprisse as condições do Capº 9º § 4º da Lei do dito estabelecimento*, pedia ao rei que houvesse *por bem de o remunerar com a mercê do Hábito da Ordem de Cristo ou que for mais do seu real agrado* (AHU/MG/Cx: 88, Doc: 6).

Há que se ressaltar, também, que para viver nobremente e, portanto, confirmar sua posição enquanto membros da elite, os homens ricos deveriam desfrutar de cabedal. Isso nos leva à próxima

estratégia de consolidação do *status* que identificamos, a posse da terra.

As concessões de sesmarias eram práticas do Império Português, que remontam a séculos antes da colonização na América. A lógica desse tipo de mercê estava na doação de terras, ditas incultas, a sesmeiros, ou melhor, homens bons que as recebiam como forma de privilégios e retribuição pelos serviços prestados ao rei, que por sua vez agia no sentido de manter a fidelidade de seus súditos.

Segundo Ângela Vianna Botelho (2003, p. 274) a doação de sesmarias cabia, inicialmente, ao capitão donatário e, mais tarde, essa função seria delegada ao governador das capitanias. Assim, o governador deveria, em nome do rei, conceder as mercês territoriais aos súditos

que as requeressem junto ao ouvidor da capitania. A título de prover esses privilégios, o governador passava Carta de Sesmaria ao requerente e essa doação deveria posteriormente ser confirmada pelo Conselho Ultramarino.

Como afirmamos, dos 100 requerimentos contabilizados como mercês, para o Termo de Vila Rica, 73% perfazem pedidos referentes a postos militares e a sesmarias. Em relação às sesmarias, 28% do total representam requerimentos relativos a solicitações e confirmações de posse de terras. A prática de concessão de sesmarias é algo verificado para toda a Capitania, demonstrando que essa estratégia era bastante comum nas comarcas das Minas. Vejamos a tabela:

#### Sesmarias dos Homens Ricos do Termo de Vila Rica por Comarca – 1732-1776

CVR		CRM		CRV		CSF		RJ		NI		TOTAL	
#	%	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%
05	23,8	09	42,9	05	23,8	-	-	01	4,75	01	4,75	21	100

*Fonte:* Documentos Avulsos do Arquivo Histórico Ultramarino relativo a Minas

Gerais.

CVR= Comarca de Vila Rica  
 CRM= Comarca do Rio das Mortes  
 CRV= Comarca do Rio das Velhas  
 CSF= Comarca do Serro Frio  
 RJ= Capitania do Rio de Janeiro  
 NI= Local não identificado

De acordo com Carla Almeida (2001, p. 234), em tese de doutoramento, a maioria dos homens ricos (67,8%), da Comarca de Vila Rica, se dedicava à atividade mineradora. Aliás, o período que abarca os dados da tabela acima, insere-se no momento de *auge minerador* (1750-

1779), descrito pela própria autora. Para a Capitania das Minas o que se pode verificar é uma dinamização da economia, em que era comum a prática de consorciar as atividades mercantis e que o enriquecimento de tais homens não vinha somente da atividade mineradora. Sendo

assim, ao se dedicarem à mineração, a maioria desses homens poderia possuir algum outro tipo de negócio, como a posse de terras; uma oportunidade de diversificar seu patrimônio e garantir uma alternativa para o futuro.

Um indício de que as sesmarias eram uma estratégia no sentido da diversificação econômica é que a maioria das sesmarias dos homens ricos do Termo de Vila Rica (42,9%) se localizava na Comarca do Rio das Mortes, região da Capitania que se destacou por uma vocação econômica para a atividade agropecuária (ALMEIDA, 2001, 235). Dessa forma, os homens que recorriam à Coroa na busca de parcelas de terra a faziam na tentativa de ampliar suas riquezas e, de alguma maneira, apostar em novas posses na Comarca do Rio das Mortes - mesmo que suas atividades econômicas principais estivessem centradas no Termo de Vila Rica - era uma forma de estender seus negócios para outras atividades que também pudessem representar potencialidades para o enriquecimento.

De fato, após o *auge minerador* (1750-1779) verificou-se uma fase de *acomodação evolutiva* (1780-1822), na qual a economia das Minas se reordenou no sentido de estabelecimento de uma nova atividade principal - a agropecuária. Nesse sentido, com a crise da mineração, a região do Rio das Mortes, onde a atividade agropecuária já era bastante dinâmica, passou a ganhar grande destaque na economia da Capitania, frente à economia mineradora de Vila Rica (ALMEIDA, 1994, p. 84-98).

Além disso, dos requerimentos consultados referentes às sesmarias dos homens ricos do termo de Vila Rica apenas 05 (23,8%) remetiam a períodos anteriores a 1756, enquanto os demais - 16 (76,2%) - eram datados de 1761 a 1776. Isso talvez

indique que no correr do tempo houve um aumento do interesse destes sujeitos na posse de terra cultivável em toda a Capitania das Minas, principalmente a Comarca do Rio das Mortes.

Com isso, percebemos que o momento de realização dos pedidos de sesmarias era pertinente com as transições econômicas que Minas passava e que da mesma forma, esse tipo de mercê representava a possibilidade de enriquecimento para esses homens, a partir do cultivo e da criação de animais nessas terras, numa produção voltada ao mercado interno e até mesmo como uma alternativa, em relação à atividade mineradora, predominante, até então, em suas unidades produtivas. A aquisição de terras poderia contribuir para suas estratégias econômicas, como forma de enriquecimento patrimonial, bem como de consolidação de seu *status* social e ampliação de suas redes clientelares.

## CONCLUSÃO

Para os membros da elite do termo de Vila Rica aqui analisados identificamos duas estratégias para que se mantivessem enquanto tais - uma política e outra econômica. A primeira consistia na busca pela obtenção de ofícios militares, que conferiam aos seus possuidores *status* na sociedade Colonial, caracterizada por uma alta militarização. A segunda envolvia a aquisição de sesmarias como uma forma de garantir maior segurança financeira, estando no horizonte uma atividade econômica alternativa à mineração. Tais estratégias não estavam, porém, desvinculadas, pelo contrário, estavam intrincadas. Já que a nobreza precisava ser externalizada, o cabedal - riqueza - tornava-se necessário para que o modo de vida confirmasse tal distinção. Assim, o fato de serem homens ricos contribuía para

que fossem reconhecidos enquanto homens bons. Ao mesmo tempo a aquisição de riquezas na forma de terras estava estreitamente relacionada à *economia da*

*mercê*, já que a sesmaria tratava-se de uma concessão real, estando inserida na lógica própria do Antigo Regime Português.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Carla. *Alterações nas unidades produtivas mineiras: Mariana – 1750-1850*. Dissertação de Mestrado. Niterói: UFF, 1994. pp. 84-98

ALMEIDA, Carla. *Homens ricos, homens bons: produção e hierarquização social em Minas colonial: 1750-1822*. Tese de doutorado. Niterói: UFF, 2001. p. 234

ROMEIRO, Adriana e BOTELHO, Ângela Vianna. *Dicionário Histórico das Minas Gerais. Período Colonial*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p.274.

COSTA, Ana Paula Pereira. *Atuação de poderes locais no Império Lusitano: uma análise das chefias militares dos Corpos de Ordenança e de suas estratégias na construção de sua autoridade. Vila Rica, (1735-1777)*. Rio de Janeiro: UFRJ – Programa de Pós-Graduação em História Social, 2006. Dissertação de Mestrado, pp. 40 e 42.

FRAGOSO, João. Alternativas metodológicas para a história econômica e social: micro-história italiana, Fredrik Barth e história econômica colonial. In: ALMEIDA, Carla M. Carvalho de & OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. *Nomes e números: alternativas metodológicas para a história econômica e social*. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2006.

GINZBURG, Carlo & PONI, Carlo. O nome e o como. Torça desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.

HESPANHA, António Manuel. As redes clientelares. In: MATTOSO, José (org.). *História de Portugal: o Antigo regime*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, P. 340-341.

LEVI, Giovanni. *A herança imaterial*. Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

OLIVAL, Fernanda. *As Ordens Militares e o estado Moderno*. Honra, Mercê e Venalidade em Portugal (1641-1789). Lisboa: Estar Editora, 2001, p. 18.

REVEL, Jacques. Microanálise e construção do social. In: \_\_\_\_\_ (org). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

ROMEIRO, Adriana e BOTELHO, Ângela Vianna. *Dicionário Histórico das Minas Gerais. Período Colonial*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p.274.

SILVA, Kalina Vanderlei. *O miserável soldo & a boa ordem da sociedade colonial: militarização e marginalidade na Capitania de Pernambuco dos séculos XVII e XVIII*. Recife: Fundação de Cultura da cidade do Recife, 2001, pp. 70 e 71.

STONE, Lawrence. Prosography, in. *Daedalus: Historical Studies Today* 100, 1971.